

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À TERRA: A LUTA DAS MULHERES
CAMPONESAS NA REGIÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU – PARANÁ**

Dara Cristina Pires¹

Siomara Aparecida Marques²

A pesquisa busca analisar os movimentos de mulheres camponesas na luta pelos direitos à terra, bem como as políticas públicas de garantia e permanência na terra. O referencial teórico pauta-se nos debates e estudos feministas da teoria da justiça, enfocando principalmente os estudos de Nancy Fraser sobre as categorias “reconhecimento” e “redistribuição”. Nessas categorias a autora problematiza a tendência analítica em tornar essas duas alternativas excludentes. Com base na proposta teórico metodológica de Fraser integra-se analiticamente os aspectos emancipatórios das duas problemáticas – reconhecimento e redistribuição – na teoria da justiça, que por um lado desenvolve uma concepção bivalente na qual contenha tanto reivindicações por igualdade social como reconhecimento das diferenças e por outro, orienta propostas políticas a integrar o melhor das políticas de redistribuição com o melhor das políticas de reconhecimento. O espaço geopolítico da análise está limitado às comunidades rurais de assentamentos de reforma agrária e de pequenos agricultores do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu – Paraná, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu. O objetivo da análise é verificar como as políticas de redistribuição se articulam na prática com as políticas de reconhecimento, advindas da esfera do Estado a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres pelo acesso à terra. A metodologia consiste em analisar, por meio de depoimentos e questionários as experiências das mulheres nos movimentos sociais pela reforma agrária e suas relações com as políticas públicas governamentais de acesso à terra, de crédito fundiário e de financiamento da produção familiar, em suma, o que essas políticas têm contribuído para o empoderamento da mulher e para o desenvolvimento da região. Espera-se com esta pesquisa alcançar alguns resultados como: fornecer subsídios por meio dos dados de campo a entidades locais (governo e sociedade civil organizada) à efetivação de políticas públicas de gênero ao acesso à terra; publicizar a pesquisa por meio da publicação de seus resultados em forma de artigo, forma de comunicação que poderá beneficiar os estudantes da UFFS e a comunidade em geral, que poderão contar com material rico em informações e análises sobre a situação das políticas públicas de acesso à terra relacionado a questão de gênero, no

¹Estudante do Curso de Engenharia de Aquicultura. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. *Campus* Laranjeiras do Sul/PR. dara_pires1996@hotmail.com. Bolsista PRO-ICT/UFFS.

² Professora Dra em Sociologia Política. Curso de Engenharia de Aquicultura – Domínio Comum. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. *Campus* Laranjeiras do Sul/PR. siomarques@uffs.edu.br

Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Espera-se também que este material se constitua fonte de consulta para pesquisadores, educadores, entidades promotoras de políticas públicas de acesso à terra e aos direitos da mulher.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Direitos da mulher à terra. Políticas públicas. Reconhecimento. Redistribuição

¹Estudante do Curso de Engenharia de Aquicultura. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. *Campus* Laranjeiras do Sul/PR. dara_pires1996@hotmail.com. Bolsista PRO-ICT/UFFS.

² Professora Dra em Sociologia Política. Curso de Engenharia de Aquicultura – Domínio Comum. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. *Campus* Laranjeiras do Sul/PR. siomarques@uffs.edu.br